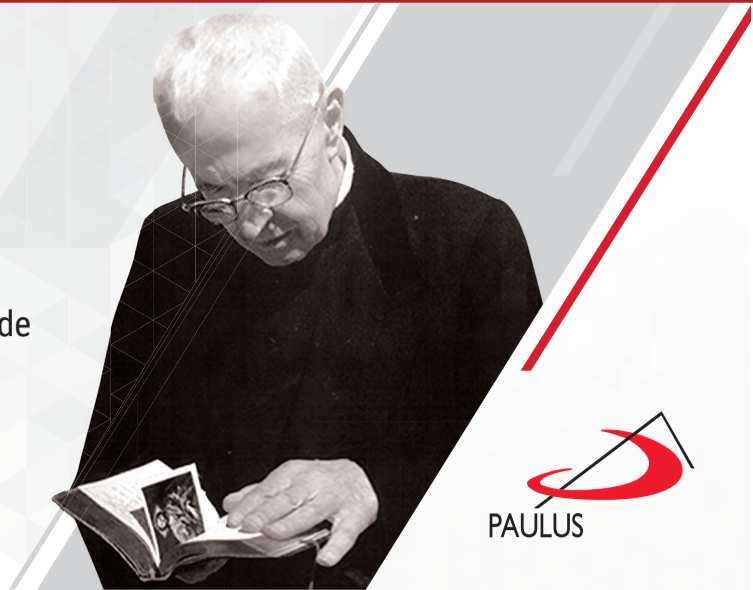


DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

PIA SOCIEDADE DE SÃO PAULO - CNPJ: 61.287.546/0001-60

Recordando o nascimento de seu fundador, padre Tiago Alberione (04 de abril de 1884, São Lourenço de Fossano, Itália), a Pia Sociedade de São Paulo PAULUS publica os resultados de sua atuação, no Brasil, em 2020. Com fundação em 20 de agosto 1914 (Alba, Itália) e em 20 de agosto de 1931 (São Paulo, Brasil), a PAULUS acredita que bons conteúdos transformam e ajudam as pessoas a revelarem aquilo que têm de melhor. Por isso, a PAULUS também assume o compromisso de comunicar conteúdos e realizar ações que contribuam com a formação moral, intelectual, ética e religiosa do ser humano.



PAULUS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em Reais)

ATIVO	Notas	2020			2019		
		Social	Educacional	Total	Social	Educacional	Total
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	3	385.655	53.920	439.575	909.417	1.507	910.924
Títulos e valores mobiliários	4	106.143.103	-	106.143.103	124.072.445	-	124.072.445
Contas a receber	5	15.698.386	633.968	16.332.354	16.696.362	841.003	17.497.365
Estoque	6	43.389.251	-	43.389.251	35.677.247	-	35.677.247
Adiantamentos	-	944.483	76.168	1.020.651	1.813.108	60.874	1.882.982
Outros créditos	-	576.716	292.708	869.424	586.223	214.057	800.280
Total do ativo circulante		167.137.594	1.056.764	168.194.358	179.714.802	1.126.441	180.841.243
Não circulante							
Depósitos judiciais	13	594.056	19.657	613.713	645.573	-	645.573
Outros créditos	7	291.360	-	291.360	82.042.034	10.522.852	82.864.886
Intangível	8	77.345.740	10.118.887	87.464.627	21.288.608	174.996	21.463.604
Total do ativo não circulante		100.065.211	10.243.586	110.248.797	104.697.575	10.697.848	114.965.423
Total do ativo		267.142.805	11.300.350	278.443.155	283.982.377	11.824.289	295.806.666

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em Reais)

Fonte de Geração de Recursos	Notas	2020			2019		
		Social	Educacional	Total	Social	Educacional	Total
Recicla Líquida	15	83.168.011	12.613.970	95.781.981	113.949.926	11.357.692	125.307.618
(+) Custos Serviços / Mercadorias Vendidas		(36.529.125)	(6.391.987)	(42.921.112)	(43.087.538)	(6.271.332)	(49.358.870)
(-) Custos dos Serviços Educacionais		-	(6.391.987)	-	(6.391.987)	(6.271.332)	-
(-) Custos Mercadorias / Produtos Vendidos		(24.377.737)	-	(24.377.737)	(34.492.841)	-	(34.492.841)
(-) Custos de Industrialização		(12.151.388)	-	(12.151.388)	(8.594.697)	-	(8.594.697)
(-) Superávit / Déficit Bruto		46.638.866	6.221.983	52.860.849	70.962.388	5.086.360	75.948.748
(+) Despesas / Receitas Operacionais		(52.181.189)	(9.281.967)	(61.463.156)	(61.400.623)	(8.528.360)	(69.928.983)
(-) Despesas com Pessoal, Administrativas e Gerais	18	(56.727.799)	(4.806.981)	(61.534.780)	(61.629.645)	(6.092.918)	(67.722.563)
(-) Despesas Tributárias		(778.432)	(36.942)	(815.374)	(643.919)	(67.429)	(711.348)
(-) Despesas Financeiras	16	(1.328.858)	(4.808.419)	(6.137.277)	(2.138.594)	(2.836.584)	(4.975.178)
(+) Receitas Financeiras	17	3.436.804	67.295	3.504.099	7.237.777	92.518	7.330.295
(+) Outras Receitas / (Outras Despesas) Operacionais	19	3.290.090	293.180	3.583.270	3.974.748	376.053	4.350.801
Programas, Projetos e Serviços Socioassistenciais		(7.112.453)	-	(7.112.453)	(11.982.495)	-	(11.982.495)
(+) Programas e Projetos de Assistência Social		(4.825.083)	-	(4.825.083)	-	(8.608.827)	-
(-) Assessoramento Jurídico e Garantia de Direito		(1.594.934)	-	(1.594.934)	(1.974.600)	-	(1.974.600)
(-) Administração dos Programas, Projetos e Serviços Socioassistenciais		(692.436)	-	(692.436)	(1.399.068)	-	(1.399.068)
Supervit / Déficit Operacional		(12.581.762)	(3.069.884)	(15.651.646)	5.680.260	(3.442.000)	2.238.260

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em Reais)

Das atividades operacionais	Notas	2020			2019		
		Social	Educacional	Total	Social	Educacional	Total
Superávit (Déficit) do exercício							
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais							(15.651.646)
Depreciações e amortizações	10	7.158.952	-	7.158.952	334.998	-	334.998
Constituição da provisão de risco de crédito	11	3.490.176	-	3.490.176	32.626	-	32.626
Constituição da provisão para contingências trabalhistas e fiscais	10	13.145.335	-	13.145.335	16.449.969	-	16.449.969
Constituição da (reversão) para perdas com estoques	11	2.153.487	-	2.153.487	947.705	-	947.705
Constituição da provisão de risco de crédito com outras contas	12	3.440.150	22.304	3.462.454	2.786.955	22.696	2.809.651
Resultado líquido na alienação de ativo imobilizado	-	25.767.526	680.838	26.448.364	27.876.959	747.849	28.624.808
Variações nos ativos e passivos							
Redução (aumento) de contas a receber	9	431.988	-	431.988	-	-	-
(Aumento) de estoques	13	1.350.506	-	1.350.506	1.317.880	-	1.317.880
Redução de adiantamentos e outros créditos	-	1.782.494	-	1.782.494	-	-	-
(Redução) de fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
(Redução) aumento de obrigações trabalhistas e tributárias	-	-	-	-	-	-	-
(Redução) de adiantamentos e obrigações com clientes	-	-	-	-	-	-	-
(Redução) aumento de direitos autorais a pagar	-	-	-	-	-	-	-
Aumento (redução) em contas a pagar	14	323.046.621	(57.182.678)	265.863.943	317.366.360	(53.740.678)	263.625.682
Aumento (redução) em contas a receber	-	(12.581.762)	(3.069.884)	(15.651.646)	5.680.260	(3.442.000)	2.238.260
Caixa Líquido gerado nas atividades operacionais		310.464.859	(60.252.562)	250.212.297	323.046.620	(57.182.678)	265.863.943
Atividades de Investimentos		338.014.879	(59.571.724)	278.443.155	352.241.495	(56.434.829)	295.806.666
Venda de ativo imobilizado							
Aquisição de ativo imobilizado							
Aquisição de ativo intangível							
Aumento de títulos e valores mobiliários							
Caixa Líquido aplicado nas atividades de investimentos							
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa							
Caixa e equivalentes de caixa							
No início do exercício							
No final do exercício							
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa							

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em Reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2018	Patrimônio Social			Superávit Acumulado			Total
	Social	Educacional	Total	Social	Educacional	Total	
Incorporação Superávit do exercício anterior	-	-	-	7.221.382	-	7.221.382	-
Superávit do exercício	-	-	-	2.238.260	-	2.238.260	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	263.625.683	-	263.625.683	9.459.642	-	9.459.642	273.085.325
Incorporação Superávit do exercício anterior	-	-	-	(15.651.646)	-	(15.651.646)	-
Superávit do exercício	-	-	-	250.212.297	-	250.212.297	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	265.863.943	-	265.863.943	250.212.297	-	250.212.297	516.076.240

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. **Natureza social e econômica**
A PIA SOCIEDADE DE SÃO PAULO é uma instituição, (associação civil de direito privado), sem fins lucrativos, de natureza beneficente, filantropia, assistencial, social, educacional, cultural e religiosa, fundada em 20/08/1931, com seu primeiro Estatuto Social registrado em 25 de março de 1937, que tem por missão: **Promover e formar integralmente a pessoa humana inserida na cultura da Comunicação, através da assistência social, educacional e cultural.**
Portadora de natureza jurídica e financeira, a PIA SOCIEDADE DE SÃO PAULO desenvolve, numa perspectiva de operacionalização, as atividades meio que priorizam resultados da instituição. Para sua autossustentação e realização das suas atividades finalísticas, a consecução de suas atividades meio é a forma encontrada pela instituição para a geração de recursos financeiros, assim denominados como "Fontes de Recursos" para o exercício da atividade fim, haja vista, que não recebe nenhum tipo de subvenção. Tendo como visão institucional: "Ser referência significativa na Sociedade, na Promoção da assistência social, na formação educacional integral e cultural do ser humano", a Entidade realiza as seguintes atividades: • Edição, produção e distribuição de obras escritas, artísticas, fonográficas, audiovisuais e multimídias, bem como, programas de rádio e de televisão; • Produção e impressão de obras por meio de sua infraestrutura gráfica; • Vendas de produções próprias e alheias em suas livrarias e postos de distribuição, inclusive através de meios eletrônicos; • Produção e duplicação de audiovisuais e programas em laboratório próprio ou de terceiros; • Serviços de educação Superior em Faculdade própria; e • Locação de bens próprios.

1.2. **Objetivos sociais**
Na perspectiva de impacto social, para atender sua missão institucional a PIA SOCIEDADE DE SÃO PAULO tem como finalidade definidos em seu estatuto:
• A promoção humana assistencial e social;
• A promoção da assistência social;
• A promoção de ensino em seus vários graus; e
• A promoção cultural da população.

1.3. **Segmentos de Assistência Social e Educação**
Para cumprir os objetivos e suas finalidades, com ênfase nos resultados para a sociedade, a Entidade realiza Programas, Projetos e Serviços específicos nas áreas da assistência social, educação e cultura, com conteúdo que contribui para a formação do ser humano em sua totalidade. Com ações de relevância e abrangência em todo o território nacional: Assessoramento Jurídico e Garantia de Direitos, Atendimento e concessão de bolsas de estudos pelo PROUNI, além da distribuição de conteúdo e ações que visam a formação do ser humano.

As atividades socioassistenciais consistem no atendimento gratuito, contínuo, permanente e planejado, de crianças e adolescentes através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, conforme Resolução CNAS 109 de 11/11/2009; através de capacitações e formações contínuas (assessoramento) para o fortalecimento de movimentos sociais, organizações de assistência social, lideranças comunitárias, trabalhadores, gestores, conselheiros e usuários através do acesso ao saber e do conhecimento (Defesa e Garantia de Direitos) como premissa da inclusão social, conforme Resolução CNAS 027 de 19/09/2011. As atividades educacionais consistem no atendimento de crianças e adultos por meio da concessão de bolsas de estudo (ensino superior) integral e parcial (50%), conforme Lei nº 11.096 de 13/01/2005, PROUNI, através da Faculdade PAULUS de Tecnologia e Comunicação - FAPCOM.
No segmento educacional, a FAPCOM, instituição de ensino superior, fundada em 31 de outubro de 2005, é referência na área de Comunicação Social. Mantida pela PIA SOCIEDADE DE SÃO PAULO, tem como missão promover o ser humano por meio de formação integrada às áreas de Comunicação, Filosofia e Tecnologia, com sólidos conhecimentos teóricos e práticos, para atuar no mundo do trabalho com profissionalismo, ética e responsabilidade social. Para isso conta com os cursos de graduação em Jornalismo; Rádio, Televisão e Internet; Publicidade e Propaganda; Relações Públicas; Filosofia (bacharelado e licenciatura), Produção Multimídia, Produção Audiovisual e Fotografia; além de cursos livres e de extensão. Conta também com os cursos de Pós-graduação Lato Sensu em Produção Editorial e Gestão de Serviços do Sistema Unio de Assistência Social.
Tem como desafio ir além de suas funções básicas de Ensino, pesquisa e Extensão, objetivando contribuir com a sociedade na melhoria da qualidade de vida de centenas de alunos oriundos de famílias com baixa renda, a fim de auxiliar o governo em suas obrigações constitucionais através de programa de bolsas de estudo.

1.4. **Auditoria externa**
As demonstrações financeiras foram devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado no Conselho Regional de Contabilidade e Comissão e Valores Mobiliários.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS ADOPTADAS

2.1. **Base de apresentação**
a) **Declaração de conformidade**
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na ITC 2002 R1 - Entidades sem Finalidades de Lucros e pelo pronunciamento técnico para pequenas e médias empresas, emitido pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), para os aspectos não abordados pela ITC 2002 R1 - Entidade sem finalidade de lucro.
A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 25 de março de 2021.
b) **Base mensuração**
As demonstrações financeiras foram preparadas com base no seu custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado.
c) **Moeda funcional e moeda de apresentação**
As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.
d) **Uso de estimativa e julgamento**
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa em contas a receber, para perdas em estoques e provisão para contingências. A Entidade revisa suas estimativas anualmente.

e) **Impactos da Covid-19**
O evento inesperado da pandemia da Covid-19, que se prolongou por todo o ano de 2020, causando a paralisação das atividades produtivas e comerciais da Instituição, além de perfis pessoais e fragilizar a economia, gerou efeitos significativos. Dentre eles destacam-se a redução expressiva nas receitas (-22%) com consequente déficit anual elevado (-799%), comprometendo todas as atividades operacionais e exigindo revisão em todas as esferas de operacionalização, inclusive redução na aplicação em gratuidades, também pelo fechamento dos serviços nos CAs e modificação nos formatos de atendimentos.
Dentre os impactos e incertezas aos quais a Instituição está sujeita, as projeções de crescimento econômico para o próximo período, preveem diminuição; espera-se do governo federal, medidas econômico-fiscais que impulsionem a recuperação da economia, contribuindo para o cumprimento e manutenção dos objetivos Sociais e Estatutários da Entidade, e no pressuposto de sua continuidade operacional.

2.2. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.
a) **Aprovação do Superávit ou déficit do exercício**
O superávit (déficit) líquido é apurado em conformidade com o regime de competência.
Em atendimento ao DEU 22.12.2016 que aprovou a NBC TG 47, as receitas da Entidade oriundas das atividades meio estatutárias, são reconhecidas se há certeza da sua realização e se for provável que benefícios econômicos fluirão para a Entidade.
b) **Caixa e equivalentes de caixa**
Incluem caixa e saldos positivos em conta movimento.
c) **Títulos e valores mobiliários**
Os títulos e valores mobiliários são compostos pelas aplicações financeiras, classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". Estas aplicações financeiras estão com rendimentos reconhecidos até a data do balanço, não ultrapassando o valor de mercado. (Ver item 4)d) **Contas a receber**
Os valores de clientes são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.
e) **Estoques**
São avaliados ao custo médio de aquisição ou de fabricação, que não excede o valor de realização ou reposição. As provisões para perdas ou obsolescência são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.
f) **Intangível**
Representado, principalmente pelo direito de uso intangível, calculado a partir dos termos pactuados nos contratos firmados entre a Entidade e os terceiros, que lhe outorgam o referido direito.
g) **Imobilizado**
O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 7.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.
O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, se necessário.
h) **Avaliação do valor recuperável dos ativos**
A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

i) **Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**
Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.
Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passadado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.
j) **Ajuste a valor presente de ativos e passivos**
Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contábeis e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises elaboradas e na melhor estimativa da Administração, a Entidade concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, desta forma, não registrou nenhum ajuste.
k) **Ativos e passivos contingentes**
Os ativos e passivos contingentes são divulgados de ativos e passivos contingentes são as seguintes: i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, translatadas em julgado. Os ativos contingentes são êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas foram avaliadas com prováveis e os passivos envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas prováveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

l) **Imposto de Renda e Contribuição Social**
A Entidade goza de imunidade do Imposto de Renda e Contribuição Social para fatos geradores intrinsecamente relacionados às atividades expostas em Estatuto. Em razão disso, não há provisão contábil e nem recolhimento dos referidos impostos.
m) **Instrumentos financeiros**
Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Entidade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável). Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

n) **Informações por área de atuação (origem e aplicação dos recursos)**
Os recursos que mantêm a obra da Entidade são próprios, oriundos de operações desenvolvidas, com atividades que também são, por princípio, finalidades da instituição, visando elevar a formação e o nível cultural das pessoas. Assim, como proposta operativa, a Entidade exerce atividades e oferece conteúdos no intuito de gerar fontes de receitas líquidas, a serem revertidas para as obras socioassistenciais que são ofertadas de forma totalmente gratuita aos beneficiários. Nessa esteira, a consecução dos programas, projetos e serviços socioassistenciais e educacionais é concretizada pelos recursos advindos de suas atividades meio, conforme previsto no inciso II, Artigo 3º do seu Estatuto Social.
Logo, por consequência lógica da geração de recursos descritos no estatuto, os custos e as despesas verificadas nos programas, projetos e serviços socioassistenciais e educacionais são indissociáveis e integralmente absorvidos no custo global da Entidade.
A entidade cumpre a segregação conforme art. 33 da Lei 12.101/01, Lei 12.868/13 e ITG 2002 (R1). Para fins de segregação por área de atuação nas demonstrações, a Entidade adotou a metodologia alinhada às finalidades estatutárias, demonstrando a segregação em duas linhas de atuação: Educacional e Social. Em função da indissociabilidade, não está englobado toda as atividades relacionadas à promover e formar integralmente a pessoa humana inserida na cultura da Comunicação, através da assistência social, educacional e cultural.

o) **Mensuração do trabalho voluntário**
A mensuração do trabalho voluntário dos membros, dirigentes estatutários, para fins de atendimento ao disposto na ITC 2002 (R1) de 21 de agosto de 2015, é feita com base na atividade do voluntário, o volume mensal de horas e o custo hora calculado com base na legislação da filantropia - Lei 12.868/13, que admite a remuneração de dirigentes no limite de cinco diretores, com remuneração limitada a 70% do maior salário do Poder Executivo Federal. O valor do trabalho voluntário é registrado em conta de reserva, ou segmento, dependendo da área de atuação do voluntário.
p) **Demonstração do superávit (déficit) abrangente**
Em função de não terem ocorrido efeitos nos resultados abrangentes da Entidade, conforme preconizado pelos normativos do CPC, esse demonstrativo não está sendo apresentado no conjunto das demonstrações financeiras da Entidade.
q) **Novas políticas e práticas contábeis**
Durante o exercício de 2020 foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Alguns pronunciamentos contábeis que se tornaram efetivos a partir de 1º de janeiro de 2020, tendo sido adotados e sem impactos significativos nos resultados e posição financeira da Entidade foram os seguintes:

- Definição de negócios (alterações ao IFRS 3)
 - Definição de materialidade (alterações ao IAS 1 e IAS 8)
 - Reforma da taxa de juros restruturadas (alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7)
 - Alterações à referências à estrutura conceitual básica (várias normas)
 - Concessões relacionadas à COVID-19 (alterações à IFRS 16)
- As alterações foram avaliadas e adotadas, quando aplicável, pela Administração da Entidade, e não houve impactos em suas demonstrações financeiras quanto a sua aplicação.
- Novas normas, alterações e interpretações a normas existentes que não são adotadas ainda e não foram divulgadas antecipadamente pela Entidade (para as quais não se espera impactos significativos no período de efetivação inicial e que, portanto, divulgações adicionais não estão sendo efetuadas):
- IFRS 17 Contratos de seguros
 - Alterações ao IFRS 17 Contratos de seguros (alterações ao IFRS 17 e IFRS 4)
 - Referências à Estrutura Conceitual
 - Produtos antes do uso pretendido (alterações ao IAS 16)
 - Contratos onerosos - custo de cumprimento de um contrato (alterações ao IAS 37)
 - Ciclo anual de melhorias às normas IFRS 2018-2020
 - Classificação de passivo como circulante e não circulante (alterações ao IAS 1)

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Representados por:

Descrição	2020		2019	
	Social	Educacional	Social	Educacional

Descrição	2020			2019		
	Social	Educacional	Total	Social	Educacional	Total
Adiantamento de clientes por assinaturas	12.153.790	-	12.153.790	15.151.577	-	15.151.577
Adiantamento de clientes - periódicos e outros	991.545	125.321	1.116.866	1.298.392	109.589	1.407.981
Total	13.145.335	125.321	13.270.656	16.449.969	109.589	16.559.558

Os saldos de adiantamento de clientes referem-se, principalmente, aos valores recebidos de assinaturas e periódicos para os quais ainda não foram entregues as respectivas mercadorias. Estes saldos são reconhecidos no resultado do exercício como receitas, em conformidade com o regime de competência.

Descrição	2020			2019		
	Social	Educacional	Total	Social	Educacional	Total
Matéria-prima de terceiros em nosso poder	2.503.905	-	2.503.905	134.414	-	134.414
Merc. de terceiros em nosso poder consignado	92.854	-	92.854	58.629	-	58.629
Contas a pagar	538.349	7.637	545.986	435.590	8.829	444.419
Empréstimo consignado	118.407	14.667	133.074	139.501	13.867	153.368
Créditos bancários	185.956	-	185.956	157.200	-	157.200
Outros valores	6.749	3.719	10.468	2.371	-	2.371
Total	4.040.150	22.304	4.062.454	927.705	22.896	950.401

Aumento de entradas de matéria prima de terceiros para industrialização por encomenda.

13. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS
Depósitos judiciais
 A Entidade é parte em ações judiciais perante tribunais decorrentes do curso normal das suas operações envolvendo questões trabalhistas, tributárias e cíveis. Foram efetuados depósitos judiciais para dar continuidade à discussão desses processos, os quais totalizam em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 os seguintes valores:

Descrição	2020			2019		
	Social	Educacional	Total	Social	Educacional	Total
Depósitos judiciais trabalhistas	10.200	19.657	29.857	13.070	-	13.070
Depósitos judiciais fiscais	583.856	-	583.856	632.303	-	632.303
Total	594.056	19.657	613.713	645.373	-	645.373

Provisão para demandas judiciais
 A Entidade, com base em informações de seus advogados, na análise das demandas judiciais, com probabilidade de perda classificada como provável, constituiu provisão, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso, conforme relacionamos a seguir:

	Provisão trabalhista		Total	
	2020	2019	2020	2019
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.317.880	1.317.880	1.317.880	1.317.880
Adições - provisões	82.626	82.626	82.626	82.626
Baixas	(50.000)	(50.000)	(50.000)	(50.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.350.506	1.350.506	1.350.506	1.350.506

Ainda com base em informações de seus advogados, os processos trabalhistas com probabilidade de perda possível somam R\$ 1.074.436 (R\$ 994.774 em 2019) e processos tributários somam R\$ 492.923,32

14. PATRIMÔNIO SOCIAL
 O Patrimônio social da Entidade é formado pelos resultados acumulados desde a data de sua fundação, em 20 de agosto de 1931. Os superávits, quando ocorrem, são destinados à manutenção das atividades sociais em atendimento aos objetivos estatutários, atendendo aos dispositivos legais vigentes e o Princípio Contábil da Entidade.
 A incorporação do superávit na conta Patrimônio Social, é efetuada por deliberação da Assembleia Geral no exercício seguinte, dentro das regras legais e de acordo com a ITC 2002 (R1) item 15.

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
 Como proposta operativa, a Entidade exerce suas atividades conforme previsto no inciso III, Artigo 3º do seu Estatuto Social, no intuito de gerar fontes de receitas líquidas, a serem revertidas para a consecução dos programas, projetos e serviços socioassistenciais e educacionais.

Descrição	2020			2019		
	Social	Educacional	Total	Social	Educacional	Total
Fonte de Geração de Recursos	86.666.832	21.328.286	107.995.118	118.455.284	20.348.879	138.804.163
Recursos Eduacionais Ensino Superior com ProUni (Lei nº 11.096/05)	-	4.764.674	4.764.674	-	5.461.917	5.461.917
Recursos Eduacionais Ensino Superior sem ProUni (Lei nº 11.096/05)	-	16.563.612	16.563.612	-	14.886.962	14.886.962
(+) Receita com industrialização	7.386.537	-	7.386.537	9.858.121	-	9.858.121
(+) Receita com vendas	79.280.295	-	79.280.295	108.597.163	-	108.597.163
(-) Deduções:	(3.498.821)	(3.949.643)	(7.448.464)	(4.505.358)	(3.529.271)	(8.034.629)
(-) Descontos Incondicionais / Descontos Matrículas / Mensalidades	-	(3.930.437)	(3.930.437)	-	(3.501.419)	(3.501.419)
(-) Devoluções (1.165.257) / PMS S/ Vendas (2.333.564)	(1.165.257)	(19.206)	(1.184.463)	(27.852)	(27.852)	(28.704)
(-) Bolsas Parciais-50%	-	(1.700.987)	(1.700.987)	-	(2.657.155)	(2.657.155)
(-) Bolsas Integrais - 100%	-	(1.700.987)	(1.700.987)	-	(2.657.155)	(2.657.155)
(-) (Lei 11.096/05) - Ensino Superior	-	(1.700.987)	(1.700.987)	-	(2.657.155)	(2.657.155)
(-) (Lei 11.096/05) - Ensino Superior	-	(1.700.987)	(1.700.987)	-	(2.657.155)	(2.657.155)
Receita Líquida	83.168.011	12.613.970	95.781.981	113.949.926	11.357.692	125.307.618

Descrição	2020			2019		
	Social	Educacional	Total	Social	Educacional	Total
Descontos concedidos	819.305	4.773.005	5.592.310	717.765	2.719.524	3.437.289
Juros Passivos	29.275	486	29.761	57.319	304	57.623
Variação cambial passiva	10.042	-	10.042	926.102	-	926.102
Despesas Bancárias	380.236	34.928	415.164	437.408	116.756	554.164
Total	1.328.858	4.808.419	6.137.277	2.138.594	2.836.584	4.975.178

Descrição	2020			2019		
	Social	Educacional	Total	Social	Educacional	Total
Variação cambial ativa	149.807	12.124	161.931	62.428	-	62.428
Juros	160.189	54.002	214.191	215.231	90.421	305.652
Rendimento de aplicações financeiras	3.005.985	-	3.005.985	6.905.646	-	6.905.646
Descontos obtidos	120.823	1.269	1.239.992	54.472	2.097	56.569
Total	3.436.804	67.295	3.504.099	7.237.777	92.518	7.330.295

18. DESPESAS COM PESSOAL, ADMINISTRATIVAS E GERAIS
 As despesas operacionais são realizadas para a consecução dos programas, projetos e serviços socioassistenciais e educacionais, conforme previsto no inciso III, Artigo 3º do seu Estatuto Social.

Descrição	2020			2019		
	Social	Educacional	Total	Social	Educacional	Total
Salários e encargos	29.667.880	2.042.991	31.710.871	33.770.721	2.416.189	36.186.910
Despesas comerciais	10.269.474	116.696	10.386.170	11.296.201	240.012	11.536.213
Despesas com divulgação	1.633.750	392.527	2.026.277	3.167.015	587.632	3.754.647
Despesas com insumos	3.569.231	233.069	3.802.300	2.940.174	368.902	3.309.076
Despesas gerais e com funcionamento	7.489.108	226.130	7.715.238	8.503.912	459.819	8.963.731
Despesa com trabalho voluntário	1.609.061	178.785	1.787.846	1.609.061	178.785	1.787.846
Despesas com manutenção	4.211.662	574.049	4.785.711	2.528.244	476.593	3.004.837
Despesas com serviços gerais	3.012.206	372.098	3.384.304	3.566.918	714.630	4.281.548
Despesas com seguros	303.783	37.224	341.007	381.651	417.700	429.351
Despesas de depreciação	6.368.752	702.461	7.071.213	3.575.923	677.642	4.253.565
Reversão de valores para custo dos produtos vendidos e destinação aos projetos sociais	(11.407.108)	(69.118)	(11.476.226)	(9.710.175)	(68.986)	(9.779.161)
Total	56.727.799	4.806.981	61.534.780	61.629.645	6.092.918	67.722.563

Descrição	2020			2019		
	Social	Educacional	Total	Social	Educacional	Total
Perdas por alienação ou baixa de ativo imobilizado	(2.291)	-	(2.291)	(56.545)	-	(56.545)
Ganhos com alienação ou baixa de ativo imobilizado	260.000	15	260.015	45.500	-	45.500
Receitas com aluguel/locação	1.166.718	98.450	1.265.168	1.129.462	187.595	1.317.057
Receitas de seguros (sinistros)	5.730	-	5.730	69.073	-	69.073
Receitas com direitos autorais	51.129	-	51.129	44.729	-	44.729
Recebimento de contribuições espontâneas / doações	62.361	-	62.361	69.841	-	69.841
Residual decorrente de operações com produtos de sucata	43.346	-	43.346	(308.098)	-	(308.098)
Receitas decorrentes de operações comerciais com clientes e produtos	338.495	-	338.495	249.456	7.816	257.272
Recuperações de despesas operacionais	46.893	15.930	62.823	2.086.837	1.857	2.088.694
Receitas com trabalho voluntário	1.609.061	178.785	1.787.846	1.609.061	178.785	1.787.846
Reversão / (Provisão) para estoque constituídos no período de apuração imediatamente anterior	(22.626)	-	(22.626)	(65.239)	-	(65.239)
Reversão / (Provisão) contingências de ativos constituídos no período de apuração imediatamente anterior	(268.746)	-	(268.746)	(899.329)	-	(899.329)
Total	3.290.090	293.180	3.583.270	3.974.748	376.053	4.350.801

		Valor mensal
Membros da Diretoria		86.641,77
Membros Conselho Fiscal		50.884,85
Valor Total Mensal		137.526,62
Valor Total Anual - Exercício 2020		1.787.846,06

21. SEGUROS
 A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros.
 A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2020, está demonstrada a seguir:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada (R\$ aproximado)
Empresarial	Danos materiais causados por incêndio, explosão, fumaça, danos elétricos, subtração de bens, responsabilidade civil e assegura a perda do aluguel	198.450.000

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras; consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS
(i) Instrumentos financeiros
 Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Entidade restringem-se a operações de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e a captação de empréstimos e financiamentos para capital de giro, em condições normais de mercado, estando reconhecido nas demonstrações contábeis pelos critérios descritos na Nota Explicativa nº 2. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.
 Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

		Valor mensal
Membros da Diretoria		86.641,77
Membros Conselho Fiscal		50.884,85
Valor Total Mensal		137.526,62
Valor Total Anual - Exercício 2020		1.787.846,06

BASE PARA OPINIÃO
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

ÊNFASE
Pedido de renovação quanto ao reconhecimento de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)
 Sem ressalvas nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 25 (a) que descreve que a Entidade mantém discussão judicial referente à renovação de seu registro como "Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS" do triênio 2015 a 2017, o qual foi indeferido, tendo a Entidade impetrado Ação Ordinária com Pedido de Tutela Provisória de Urgência contra a União Federal, sendo que em 22 de agosto de 2019 foi publicado no Diário Oficial da União a Portaria nº 150, prevenindo a suspensão dos referidos efeitos do indeferimento do pedido de renovação do CEBAS da Entidade até que o recurso seja analisado administrativamente. Ressalta-se ainda que em 14 de dezembro de 2017, a Entidade protocolou pedido de renovação do CEBAS referente ao triênio 2018 a 2020, e em 27 de novembro de 2020 protocolou pedido de renovação referente ao triênio de 2021 a 2023, cujos processos atualmente encontram-se em análise. Os assessores

• **Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários:** Os saldos mantidos em bancos de primeira linha têm seus valores de mercado substancialmente similares aos saldos contábeis.

• **Empréstimos e financiamentos:** Os valores de mercado para os empréstimos e financiamentos são substancialmente similares aos dos saldos contábeis e refletem o saldo para quitação na data do balanço.

• **Contas a receber, adiantamento de clientes e fornecedores a pagar:** Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de mercado nas datas de encerramento dos exercícios, considerando-se a sua natureza e seus prazos de vencimento.

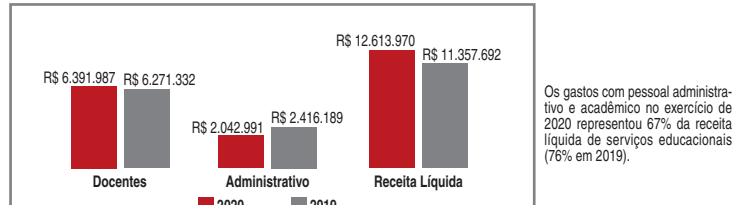
(i) **Gerenciamento de riscos**
Risco de crédito
 A Entidade não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira de clientes, além do contínuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas.
 Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Entidade somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de classificação.

Risco de liquidez
 A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Entidade possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

Gestão de risco de capital
 A entidade, ao administrar o risco de capital observa investimentos em aplicações com o menor risco e com a liquidez em conformidade com a operacionalização da missão institucional. Os objetivos da Entidade são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, no que se refere aos programas sociais, cumprimento de obrigações assumidas, provisões judiciais e trabalhistas e, em particular, com o alto volume de recebimentos antecipados de assinaturas periódicas. A Entidade mantém gestão preventiva, com reserva de capital para gerar seu fluxo de caixa no intuito de não depender de empréstimos.

Operações com instrumentos derivativos
 A Entidade não efetuou operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2020 não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

23. SEGMENTO EDUCACIONAL - EVIDENCIAÇÃO DA ADEQUAÇÃO DA RECEITA COM A DESPESA
 Em atendimento aos parâmetros estabelecidos pela Lei das Diretrizes e Base da Educação e sua regulamentação, e em conformidade com a Resolução do CFC 1409/2012, que aprovou a ITC 2002 R1, item 27 letra J, o quadro da relação dos gastos com pessoal e receita líquida da FAPCOM é demonstrado da seguinte forma:



Os gastos com pessoal administrativo e acadêmico no exercício de 2020 representaram 67% da receita líquida de serviços educacionais (76% em 2019).

24. SEGMENTO EDUCACIONAL - BASE DE ALUNOS
 No exercício de 2020, a FAPCOM atendeu 1.325 alunos de graduação e 130 alunos de cursos livres e cursos de extensão e 26 alunos de pós-graduação.

25. CERTIFICAÇÕES, TÍTULOS E REGISTROS

A Entidade, ao desenvolver seus programas, projetos e serviços, viabilizando-os técnica e economicamente, o faz, cumprindo com todas as imposições legais vigentes. No seu custeio, os valores efetivamente aplicados para a execução das atividades socioassistenciais e educacionais são integralmente gerados pela Entidade, refletindo assim a vocação de participação social da Entidade para cumprimento de sua missão centenária no mundo.

Ademais, utiliza em grande escala seus equipamentos, otimizando seus recursos humanos nas cinco regiões do país em agentes de projetos sociais e seu recurso técnico e mercadológico a serviço de suas metas socioassistenciais e educacionais. Há, por parte da Entidade, firme empenhamento em promover os direitos humanos e as devidas e necessárias mudanças no panorama social brasileiro. Resultado de suas convicções e políticas sociais é constatado por sua trajetória e por seus diversos títulos e registros concedidos pelos órgãos reguladores, conforme segue:

a) **Registro de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS**
 A Entidade é reconhecida como Beneficente de Assistência Social, atua nas políticas de assistência social e educação, demonstra sua preponderância na assistência social. Teve seu pedido de renovação (Processo: 71000.075380/2009-21) deferido por meio da Portaria SNAS/MDS nº 1012/2012, conforme publicado no DOU de 15.10.2012. Período de Vigência: de 01.10.10 a 31.12.14. Protocolado pedido de renovação em 16/12/2014 conforme processo 71000.141721/2014-21 referente triênio 2015 a 2017, o qual foi indeferido e encontra-se em fase administrativa recursal e subjudice.

b) **Indeferido em sede administrativa** foi através da Portaria nº 52 de 26 de fevereiro de 2019 e publicada no Diário Oficial da União de 28 de fevereiro de 2019, com prazo recursal de 30 dias a contar da publicação no DOU, nos termos da Lei Federal nº 12.101/09. Ocorre que, devido a insegurança jurídica apresentada pela demora em análise do recurso administrativo, a Entidade optou pela judicialização do caso, propondo a respectiva Ação Ordinária c. Pedido de Tutela Provisória de Urgência contra a União Federal (Ação nº 10